

# Congresso aprovou 251 leis ordinárias, complementares e ECs em 2022

29/05/2023

\*Reportagem publicada no *Anuário da Justiça Brasil 2023*, lançado no dia 10 de maio, no Supremo Tribunal Federal. Disponível online (clique aqui para acessar o site) e à venda na Livraria ConJur.



Apesar de Jair Bolsonaro ter perdido a sua reeleição para Luiz Inácio

Lula da Silva, o Partido Liberal, ao qual se filiou o ex-presidente e maior expoente da direita, elegeu a maior bancada da Câmara, com 99 deputados. Enquanto isso o PT, juntamente com a federação Psol Rede, partidos claramente de esquerda, elegeram 95 deputados. Isso significa que o poder de legislar continua nas mãos dos 300 deputados que se aninham no centrão e nos demais partidos que oscilam entre direita e esquerda de acordo com a conveniência do momento. Os maiores partidos desse território são o MDB, o PSD e o Republicanos, com 42 deputados cada.

Resultado dessa configuração, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG) foram reeleitos presidentes, respectivamente, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A legislatura 2023-2026 do Congresso Nacional também foi formada nas eleições de 2022 com parlamentares apontados como importantes para a evolução do Direito no país. A revista eletrônica *Consultor Jurídico* fez levantamento, em setembro de 2022, junto a acadêmicos e advogados, que apontaram os nomes dos parlamentares tidos como importantes para a evolução do Direito no país. Dos contemplados com essa marca, 24 seguem no Congresso.

**Rodrigo Pacheco (PSD-MG)**

VICE-PRESIDENTES

**1º Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)****2º Rodrigo Cunha (União-AL)**

SECRETÁRIOS

**1º Rogério Carvalho (PT-SE)****2º Weverton (PDT-MA)****3º Chico Rodrigues (PSB-RR)****4º Styvenson Valentim (Podemos-RN)****MESA DIRETORA  
DA CÂMARA**

PRESIDENTE

**Arthur Lira (PP-AL)**

VICE-PRESIDENTES

**1º Marcelo Pereira (Republicanos-SP)****2º Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)**

SECRETÁRIOS

**1º Luciano Bivar (União-PE)****2ª Maria do Rosário (PT-RS)****3ª Júlio César (PSD-PI)****4º Lucio Mosquini (MDB-RO)**

O grupo de 13 deputados federais é composto de André Figueiredo

(PDT-CE); Cezinha de Madureira (PSD-SP); Hugo Leal (PSD-RJ); Hugo Motta (Republicanos-PB); Lafayette de Andrada (Republicanos-MG); Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG); Paulo Teixeira (PT-SP); Ricardo Barros (PP-PR); Ricardo Silva (PSD-SP); Rogério Correia (PT-MG); Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA); Sílvio Costa Filho (Republicanos-PE); e Soraya Santos (PL-RJ).

Já no Senado Federal, os 11 senadores destacados são: Alessandro Vieira (PSDB-SE); Fabiano Contarato (PT-ES); Marcos Rogério (PL-RO); Nelsinho Trad (PSD-MS); Renan Calheiros (MDB-AL); Rodrigo Cunha (União Brasil-AL); Rodrigo Pacheco (PSD-MG); Rogério Carvalho (PT-SE); Soraya Thronicke (União Brasil-MS); Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB); e Weverton Rocha (PDT-MA).

O Congresso aprovou 14 emendas constitucionais em 2022. Entre elas, está a EC 125, que criou o requisito da relevância da questão de Direito Federal para a admissão de recursos especiais. A Emenda Constitucional inseriu os parágrafos 2º e 3º no artigo 105 da Constituição para obrigar as partes de um processo a demonstrarem a relevância das questões tratadas em um caso para que possa ser analisado pelo STJ.

Já a EC 122 elevou para 70 anos a idade máxima para a escolha e nomeação de membros do Supremo Tribunal Federal, ministros dos tribunais superiores, desembargadores dos tribunais federais e conselheiros do Tribunal de Contas da União. A EC 126 aumentou em R\$ 145 bilhões o teto de gastos no Orçamento de 2023 para que possam ser feitos investimentos na área social.

Entre 2021 e 2022, o número de normas legais aprovadas pelo Congresso Nacional saltou de 144 para 251. Já o total de Leis Ordinárias subiu de 120 para 228. Entre as novas legislações está a Lei 14.457/22, que criou o Programa Emprega + Mulher, com normas para incentivar a empregabilidade das mulheres. A legislação prevê a flexibilização do regime de trabalho, o apoio na volta ao trabalho após a licença-maternidade e a prevenção ao assédio e à violência.

<b>PRODUÇÃO LEGISLATIVA</b>				
LEIS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL				
2018	2019	2020	2021	2022
182	198	134	144	251

Fonte: legislacao.presidencia.gov.br em 30/3/2023

Outra política pública criada foi o Programa Nacional

de Prestação de Serviço Civil Voluntário, por meio da Lei 14.370, no qual prefeituras pagam bolsas em cursos e na prestação de serviços em atividades consideradas pelas cidades como de interesse público.

A Medida Provisória 1.109/22 foi convertida na Lei 14.437/22 para retomar regras do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda adotado durante a epidemia de covid-19. Por meio dele, contratos de trabalho podem ser suspensos de forma temporária, com a concessão do Benefício Emergencial aos trabalhadores.

No Senado, houve a aprovação de diversos projetos relacionados à área da saúde, como a Lei 14.466 que simplificou a compra de vacinas contra a covid-19 pela iniciativa privada; a Lei 14.450, que criou o programa de acompanhamento do câncer de mama no Sistema Único de Saúde; e a Lei 14.510, que regulamentou os serviços de telemedicina. Já na área da educação, a Lei 14.375 foi responsável pela renegociação de dívidas de alunos com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

<b>TIPOS DE NORMAS PUBLICADAS</b>		
	2021	2022
Leis Ordinárias	120	228
Leis Complementares	10	9
Emendas Constitucionais	14	14
<b>TOTAL</b>	<b>144</b>	<b>251</b>

Fonte: legislacao.presidencia.gov.br em 30/3/2023

Apenas uma norma legal produzida ao longo de 2022 teve

origem no Poder Judiciário. Trata-se da Lei 14.456, que transformou cargos vagos das carreiras de auxiliar judiciário e de técnico judiciário em cargos vagos da carreira de analista judiciário no Quadro Permanente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

**INICIATIVA LEGISLATIVA**

PODER	2018	2019	2020	2021	2022
Executivo	89	78	188	63	107
Legislativo	87	105	153	77	139
Judiciário	2	2	0	4	1
DPU	0	0	0	0	2
MPU	1	1	0	0	2
TCU	0	0	0	0	0

Fonte: legislacao.presidencia.gov.br em 30/3/2023

A Defensoria Pública da União foi a origem de duas

leis promulgadas em 2022. Trata-se da Lei 14.319/22, que transformou 21 cargos de defensor público federal de segunda categoria em 18 cargos de primeira categoria; e da Lei 14.377, que estruturou a carreira de servidores efetivos da DPU com a criação de 410 cargos de analista da DPU, de curso superior, e de 401 cargos de técnico, de nível intermediário. Essa lei também fixou o vencimento básico das carreiras, como, por exemplo, o teto de R\$ 2.145,23 para cargos de nível intermediário.

**PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL E DO SENADO****Rodrigo Pacheco**

Rodrigues/Agência Senado

Está em seu segundo mandato na Presidência do Congresso Nacional. A reeleição em 2023 foi possível por se tratar de nova legislatura. Elegeu-se senador pelo PSD-MG em fevereiro de 2019 e tem mandato até 31 de dezembro de 2027. Foi deputado federal pelo MDB-MG de 2015 a 2019. Advogado criminalista (2000-2016), foi conselheiro federal da OAB por Minas Gerais (2012). É bacharel em Direito pela PUC-MG (2000) e tem especialização em Direito Penal Econômico pelo IBCRim. Nasceu em Porto Velho em 3/11/1976.

**CONTATO**

**Gabinete:** Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Edifício Principal, Ala Antônio Carlos Magalhães, Gabinete 1

(61) 3303-3000 / 3009 / 2794 / 2795

presidencia@senado.leg.br

sen.rodrigopacheco@senado.leg.br

**PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS****Arthur Lira**

Portal Câmara dos Deputados

Está em seu segundo mandato na Presidência da Câmara dos Deputados, reeleição possível em 2023 por se tratar de nova legislatura. Elegeu-se deputado federal pelo PP-AL pela primeira vez em 2011 e tem mandato até 31 de dezembro de 2027. Na Câmara, foi presidente da CCJ (2015-2016). Foi também vereador em Maceió. Já passou pelo PMN, pelo PTB e pelo PSDB. É formado em Direito pela Ufal (1993). Nasceu em Maceió em 25/6/1969.

**CONTATO**

**Gabinete:** Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Edifício Principal Superior, Ala E, sala 22

(61) 3215 8001

presidencia@camara.leg.br  
agenda.presidencia@camara.leg.br  
dep.arthurlira@camara.leg.br

*Clique aqui para ampliar a imagem*

O Ministério Público também foi contemplado com a Lei 14.295, que transformou cargos de técnico do MPU em cargos como o de procurador de Justiça. A Lei 14.290 criou a Procuradoria Regional da República da 6ª Região.

O Congresso produziu 790 normas legais ao longo dos quatro anos da gestão Bolsonaro.

**ANUÁRIO DA JUSTIÇA BRASIL 2023**

**Assista ao evento de lançamento**

**Edição:** 2023

**Número de Páginas:** 261

**Editores:** Consultor Jurídico

**Versão impressa:** R\$ 40, na Livraria ConJur (*clique aqui para comprar*)

**Versão digital:** acesse pelo site [anuario.conjur.com.br](http://anuario.conjur.com.br) ou pelo app Anuário da Justiça

**Anunciaram nesta edição****Apoio**

FAAP – Fundação Armando Alvares Penteado

**Anunciantes**

Advocacia Fernanda Hernandez

Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica

Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia



Basilio Advogados  
Bottini & Tamasauskas Advogados  
Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil  
D'Urso & Borges Advogados Associados  
David Rechulski Advogados  
Dias de Souza Advogados  
Erik Pereira Advogados  
Feldens Advogados  
Fontes Tarso Ribeiro Advogados  
Fux Advogados  
Gomes Coelho & Bordin Sociedades de Advogados  
Gustavo Uchôa Advogados  
Heleno Torres Advogados  
Hesketh Advogados  
JBS S.A.  
Leite, Tosto e Barros Advogados  
Lima Gonçalves, Jambor, Rotenberg & Silveira Bueno – Advogados  
Machado Meyer Advogados  
Marcus Vinicius Furtado Coêlho Advocacia  
Mendes, Nagib & Luciano Fuck Advogados Milaré Advogados  
Moraes Pitombo Advogados  
Nelio Machado Advogados  
Nepomuceno Soares Advogados  
Nery Sociedade de Advogados  
Pardo Advogados & Associados  
Prevent Senior  
Sergio Bermudes Advogados  
SOB – Sacramone, Orleans e Bragança Advogados  
Tavares & Krasovic Advogados  
Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados  
Tojal Renault Advogados  
Walter Moura Advogados Associados  
Warde Advogados

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-mai-29/congresso-aprova-251-leis-ordinarias-complementares-ecs-2022/>